

CONTRIBUTOS DA COESÃO TERRITORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO EUROPEU

JOÃO SILVA ARAÚJO¹

RESUMO

A última década da União Europeia foi atribulada devido à generalização da crise económica e financeira, à crise dos refugiados, à ascensão de ideologias extremistas e ao *Brexit*. Apesar da ténue retoma económica, outros problemas encontram-se ainda por resolver e os territórios europeus têm de responder a uma série de novos desafios. O lançamento do Livro Branco sobre o Futuro da Europa (2017) veio estimular o debate sobre o futuro da União a 27, bem como a publicação do Sétimo Relatório da Coesão (2017) motiva reflexão sobre os fundos da Política de Coesão pós 2020. Para estes debates importa reforçar o interesse, a relevância e os contributos que o conceito de coesão territorial poderá trazer no desenvolvimento europeu. A discussão da coesão territorial não é nova, mas tem sido relegada para segundo plano devido ao contexto atribulado da União Europeia pós 2008, o que conduz simultaneamente a assimetrias e a desuniões dentro do território europeu, sendo necessário o reforço da coesão territorial na Europa. A partir destas premissas, o artigo debruça-se sobre a relevância da coesão territorial para o desenvolvimento da UE através da problematização do conceito, da articulação da coesão territorial com o desenvolvimento, do levantamento dos principais desafios do conceito e, por último, parte-se para considerações sobre a medição da coesão territorial onde abordamos a sua importância e as suas limitações.

Palavras-chave: Coesão Territorial, Desenvolvimento Territorial, Ordenamento do Território.

Histórico do artigo: recebido em 18-09-2017; recebido após revisão em 14-11-2017; aprovado em 28-11-2017; publicado em 30-11-2017.

¹ Licenciado em Gestão Turística – Gestão de Produtos Turísticos pela ESHTe e Mestre em Gestão do Território – Planeamento e Ordenamento do Território pela UNL-FCSH. Porto, Portugal. E-mail: joao.dsa.araujo@gmail.com.

ABSTRACT

Territorial cohesion's contribution to European development. The last decade in the European Union has been difficult due to the economic and financial crisis, the refugee crisis, the growth of extremist ideologies and *Brexit*. Despite the slight economic recovery, other problems remain unsolved and the European territories have to face several new challenges. The publication of the White Paper on the Future of Europe has contributed to discuss the future of a 27 EU and the launch of the Seventh Report on economic, social and territorial cohesion ensures reflection about the post-2020 Cohesion Policy funds. For these discussions, it is important to highlight the importance, relevance and contributions that the concept of territorial cohesion can bring to European development. The discussion about territorial cohesion is not new, but it has lagged behind because of the troubled context of the European Union post-2008 that led (and still does) to inequalities and disunity inside of the Union territory, which is why it is necessary to strengthen territorial cohesion in Europe. From these premises, the article focuses on the relevance of territorial cohesion for the development of the EU through the problematization of the concept, the articulation of territorial cohesion with the development, the presentation of the concept main challenges, and, finally this article advances some considerations about the measurement of territorial cohesion where we discuss its importance and limitations.

Keywords: Territorial cohesion, Territorial development, Spatial Planning.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo da construção da União Europeia (UE), vários eventos chave traçaram a necessidade de uma visão de desenvolvimento territorial comum (Ferrão, 2003, 2014; Faludi, 2009). Destacam-se o início da Conferência Europeia dos Ministros do Ordenamento do Território em 1970 (encontro entre os Ministros europeus responsáveis pelo Ordenamento do Território), a aprovação do Ato Único em 1986 (formaliza os conceitos de coesão económica e social devido às divergências entre países da UE), a publicação da Carta de Torremolinos em 1989 (o território europeu começa a ser visto a uma escala supranacional) e a organização da Cimeira de *Maastricht* em 1991 (criou o Comité de Planeamento Espacial e desencadeou a aprovação da Política de Coesão em 1992).

Em 1997, o Tratado de Amesterdão considera que o território é uma

componente complementar para atingir a coesão económica e social (Faludi, 2009); a publicação do Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (EDEC) (1999) reforçou a necessidade de planear uma visão integrada sobre o território europeu (documento de carácter estratégico e não vinculativo, defendeu a Política de Coesão baseada em três dimensões e apresentou uma estratégia de desenvolvimento sustentável). O Segundo Relatório sobre a Coesão Económica e Social (2001) constata que os países do sul da Europa, nomeadamente, Espanha, Portugal e Grécia, apesar de terem revelado uma melhoria da performance a nível económico e social, apresentaram um aumento do fosso entre as suas regiões, conduzindo a um reforço das desigualdades territoriais. Por sua vez, a Agenda Territorial da União Europeia (2007-2013), que apresenta convergência teórica com o EDEC, defendeu o desenvolvimento territorial policêntrico e a igualdade de oportunidades no território europeu e reconheceu que a adesão de 10 novos países em 2004 reforça a necessidade de Coesão.

A publicação do Livro Verde sobre a Coesão Territorial (COM(2008) 616 final) por parte da Comissão Europeia (CE) e a entrada em vigor do Tratado de Lisboa (2009) marcam o rumo para o conceito de coesão territorial devido à ampla discussão sobre a temática e o território é formalizado como terceiro pilar da Coesão (apesar de não introduzirem grande inovação no mesmo). Em 2009, o Relatório de Barca foi importante para a definição e a orientação da Política de Coesão 2014-2020, na medida em avaliou a eficácia da Política de Coesão, reforçando a necessidade da mudança institucional, da redução da ineficiência de utilização de recursos, da redução da exclusão social e o reforço de soluções integradas para os territórios de forma a atingir os 10 pilares de governança críticos.

Entretanto, a crise económica e financeira mundial que se instalou a partir de 2008 na Europa, relegou o debate sobre coesão para segundo plano. Por outro lado, este decénio não tem sido fácil para a UE, havendo sérios problemas para resolver. A título de exemplo, a crise financeira (ainda não totalmente ultrapassada), o *Brexit*, os problemas com os refugiados, a ascensão de ideologias extremistas de direita/esquerda e do discurso populista, as alterações climáticas, entre outras (Covas,

2009, 2017). Contudo, passaram-se quase dez anos da formalização do conceito e o contexto político, social e económico na UE não pode ser desculpa para relegar o debate e a reflexão crítica sobre a coesão territorial.

As publicações da CE como a “Agenda Territorial da União Europeia 2020”, a “Europa 2020 - Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo” e a elaboração de quadros de financiamento europeu 2014-2020, evidenciaram a importância do tema, pois a coesão territorial é vista como uma opção de resposta para os problemas dos diferentes territórios europeus. Não nos podemos esquecer que a coesão territorial tem relação direta com a Política de Coesão, uma das políticas no seio da UE de maior sucesso que contempla todo o território europeu, que promove o desenvolvimento sustentável do mesmo nas esferas económica, social e ambiental (COM(2010) 2020 final).

No Livro Branco da Comissão Europeia sobre o Futuro da Europa (2017), composto por cinco cenários possíveis para UE em 2025, verifica-se que os cenários mais otimistas, o “Fazer menos com mais eficiência” e o “Fazer muito mais todos juntos”, incorporam vários pressupostos da coesão territorial, como por exemplo a articulação de políticas, a cooperação, a identidade europeia, entre outras. Por outro lado, a publicação do Sétimo Relatório de Coesão Económica, Social e Territorial (2017) apresenta um enorme foco sobre o futuro da Política de Coesão posterior a 2020.

O conceito de coesão territorial assenta na redução das disparidades entre territórios, potenciando a atividade económica, mas simultaneamente deve ter em conta os problemas sociais, promovendo a sustentabilidade e a qualidade de vida das populações (Camagni 2006; Faludi, 2009).

A crise económica também foi/é apontada como um dos entraves à coesão territorial (Covas, 2009) sendo imprescindível reverter esta tendência e não deixar que a mesma sirva de desculpa para ofuscar a temática, mas ao contrário reforçá-la como um dos instrumentos de combate aos seus efeitos. Para isso é preciso pensar em estratégias para despertar o interesse e divulgar a temática e a respetiva pertinência da coesão territorial no projeto de construção da UE, pondo de lado as visões meramente económicas.

A adoção do conceito de coesão territorial nas políticas de Planeamento e Ordenamento do Território é sempre voluntária por parte dos Estados-Membros (Ferrão, 2003; Pereira, 2009), mas alguns passos já foram dados como a elaboração de documentos e projetos que incorporam o conceito e realçam a estrita ligação entre o conceito de coesão territorial e o conceito de desenvolvimento (Reis, 2010; Szlachta, 2011).

A medição da coesão territorial é importante para reforçar uma cultura de monitorização, reduzir o grau de ambiguidade do conceito e apurar as melhorias/custos da coesão territorial nos territórios (Camagni, 2009; Dao *et al*, 2012; Faludi, 2006). A publicação dos relatórios sobre Coesão por parte da CE são importantes para analisar os impactes sobre a coesão territorial, mas até ao momento, não existe uma proposta oficial ao nível da UE ou dos Estados-Membros de um Índice de Coesão Territorial. Contudo, já foram adiantadas diversas propostas que permitiram avanços neste domínio, muito embora, nenhuma delas isenta de críticas.

O presente artigo tem como objetivo problematizar o conceito de coesão territorial e o seu potencial para o futuro do desenvolvimento territorial Europeu, estando o mesmo estruturado em cinco partes, para além das necessárias introdução e conclusão.

A discussão/problematização de coesão territorial é um tema atual com interesse para os Estudos Europeus com potencial aplicação a diferentes domínios do saber, como, Geografia, Economia, Sociologia, Direito, Engenharia, entre outras. O contexto político, social e económico da UE contribuiu para relegar esta discussão para segundo plano mas, ao mesmo tempo, os desafios/problemas dos territórios europeus (COM(2017) 583 final; Covas, 2017) causam (novas) fraturas na coesão territorial conduzindo à necessidade de repensar o ordenamento do território e o modelo de desenvolvimento territorial europeu, justificando o continuado interesse na temática.

2. CONCEITO DE COESÃO TERRITORIAL

O conceito de coesão territorial acaba por transportar consigo um certo grau de

ambiguidade, na medida em que é um conceito que necessita de vários conceitos-chave para ser definido. No estudo de indicadores coordenado por Dao (2012), ainda se vai mais longe, considerando o conceito de coesão territorial confuso e complexo, baseando a sua argumentação no facto do conceito ser objeto de uma política e de apresentar um carácter multidisciplinar, o que impossibilita a sua precisão. Ainda de referir que o Sétimo Relatório sobre a Coesão Económica, Social e Territorial (2017) refere que o futuro da Política de Coesão deve passar pela incorporação do acordo COP22 (sobre as alterações climáticas) e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas para 2030, o que se irá refletir no conceito de coesão territorial.

Importa referir que as sucessivas publicações da UE, apesar de apresentarem a coesão territorial de forma idêntica, muitas das vezes realçam aspetos diferentes na definição do conceito, como por exemplo no documento “Europa 2020 - Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo” é referido que a coesão territorial poderá ser operacionalizada através do desenvolvimento de economias de valor acrescentado, da compatibilidade entre a sustentabilidade e a competitividade na economia, no aumento da taxa de emprego e na promoção das igualdades dentro do espaço europeu. Porém, a “Agenda Territorial da União Europeia 2020 ” reforça outros aspetos, como favorecer o desenvolvimento espacial policêntrico, potenciar um desenvolvimento integrado entre cidades e áreas rurais, fomentar a cooperação entre as regiões transfronteiriças e transnacionais, assegurar a competitividade económica, estimular a conexão entre territórios melhorando as acessibilidades e gerir/preservar os recursos naturais e culturais de cada região.

O conceito de coesão territorial está ancorado na literatura académica, onde também é possível verificar a ambiguidade do mesmo, uma vez que constatamos que Camagni (2006) defende que a coesão territorial deve promover três objetivos: a qualidade (equidade, solidariedade e qualidade de vida) a eficiência (prospetiva; acessibilidade interna/externa, uso racional dos recursos e eficiência energética) e a identidade territorial (capacidade de prospeção, capital humano, diversidade) enquanto Faludi (2009) refere que a coesão territorial deve ter como objetivo atenuar as assimetrias existentes no território europeu a nível económico (aumentar a

competitividade face aos concorrentes), social (promover a qualidade de vida) e ambiental (gestão racional dos recursos naturais).

O conceito de coesão territorial expresso no Livro Verde (COM(2008) 616 final) está intercalado em três níveis (eixos; componentes; princípios) (figura 1), mantendo o seu carácter amplo e ambíguo (Pereira e Carranca, 2011).

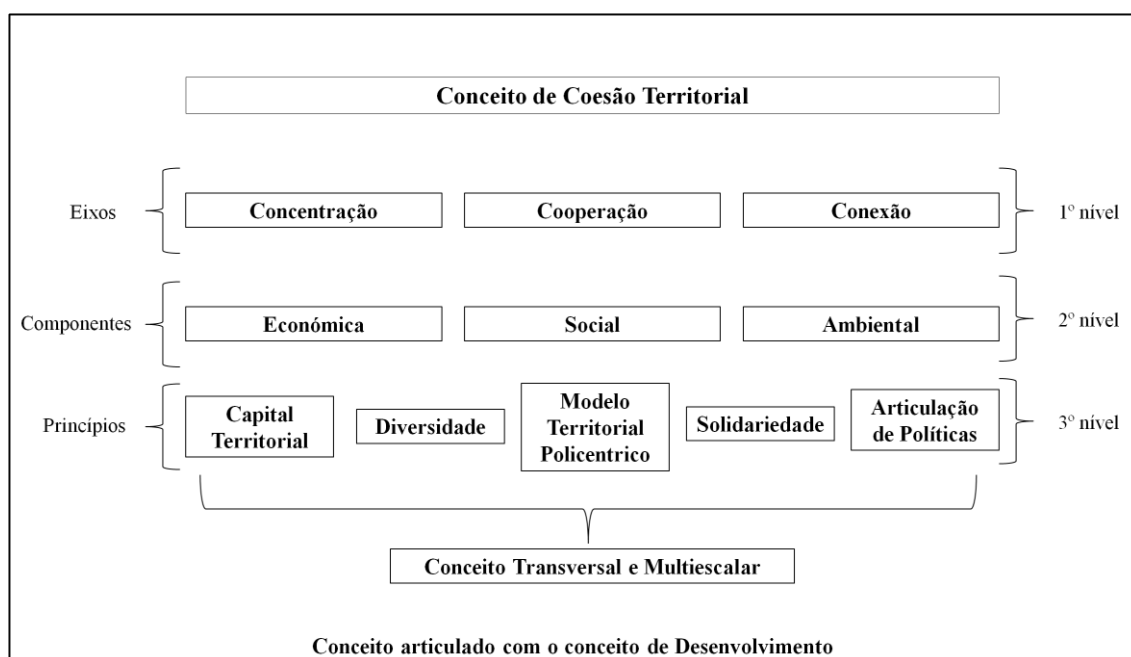


Figura 1 - Esquema do Conceito de Coesão Territorial do Livro Verde. Fonte: Elaboração própria.

Os eixos da coesão territorial são dominados pelos 3 C's (figura 1), nomeadamente, concentração (necessidade de desenvolvimento territorial compacto que contrarie as lógicas difusas); cooperação (os problemas dos territórios europeus estendem-se em áreas geográficas que não obedecem às ditas fronteiras tradicionais, sendo necessário que os mesmos trabalhem em conjunto para encontrar soluções comuns); conexão (os territórios devem estar dotados de uma rede de transportes e de mobilidade eficientes) (COM(2008) 616 final).

Relativamente ao segundo nível, este divide-se em três componentes, económica, social, ambiental (figura 1), sendo a coesão territorial um dos mecanismos para desenvolvimento das mesmas (COM(2008) 616 final). Apesar da componente ambiental não ser explicitamente referida como uma dimensão de Coesão, torna-se uma preocupação evidente a trabalhar para atingir uma melhor qualidade de vida e

eficácia territorial, acabando por ser, de uma maneira indireta, uma dimensão a ter em conta (Faludi, 2009).

O terceiro nível é composto por seis princípios que a coesão territorial transporta consigo (figura 1), sendo estes: capital territorial (aposta em territórios inovadores competitivos); diversidade (gerar riqueza a partir das características diferenciadoras de cada território); modelo territorial policêntrico (criação de territórios compactos e de usos mistos, sendo o modelo de espacialização adotado); solidariedade (acesso justo e equilibrado aos equipamentos, às infraestruturas e ao conhecimento por parte dos cidadãos); articulação de políticas (melhor coordenação de políticas quer a nível vertical e horizontal) (COM(2008) 616 final).

A coesão territorial é um conceito transversal e multi-escalar (Pereira, 2009), ou seja, determinados problemas nas regiões só poderão encontrar soluções através de uma abordagem integrada, como por exemplo, as regiões que fazem parte do programa de cooperação transnacional do Espaço Atlântico.

Por último, de acordo com a CE (COM(2017) 583 final) a economia da UE está em recuperação, mas as assimetrias entre e dentro dos Estados-Membros continuam e os desafios da UE são vários (impactes da globalização; migrações; pobreza; ausência de inovação; alterações climáticas; transição energética; poluição; identidade europeia), sendo legítimo questionarmo-nos sobre: qual(ais) o(s) ponto(s) crítico(s) da coesão territorial para promover a Coesão no desenvolvimento dos territórios europeus?

3. ARTICULAÇÃO DOS CONCEITOS DE COESÃO TERRITORIAL E DE DESENVOLVIMENTO

O conceito de desenvolvimento está intimamente ligado a uma melhoria, crescimento, evolução; porém, o conceito é complexo e amplo, pois não possui uma definição consensual e evoluiu ao longo do tempo (Seers, 1979; Sean, 2000).

Inicialmente o desenvolvimento estava relacionado com crescimento económico, sendo este um dos principais fatores para que o mesmo fosse atingido (Seers, 1979; Sean, 2000). Com o pós-guerra, nos anos 60 e 70, esta visão torna-se

simplista, pois o crescimento económico não resolveu os problemas sociais e em alguns casos até contribuiu para os acentuar (Seers, 1979; Sean, 2000). Posteriormente, o conceito de desenvolvimento estende-se com o relatório “O Nosso Futuro Comum” (1987) que introduziu a preocupação da utilização racional dos recursos naturais na satisfação das necessidades económicas e sociais. Atualmente, o conceito de desenvolvimento abarca consigo o crescimento económico, o bem-estar social, a qualidade, a integridade política e cultural e a sustentabilidade ambiental (Sean, 2000).

O contexto de crise do projeto europeu (COM(2017) 2020 final) exige intervenções inovadoras e empreendedoras nos territórios, que devem passar pelo contributo para a coesão, uma vez que esta permite uma visão integrada de cooperação e de solidariedade inter e intra-regional, promovendo um modelo de governança inovador que se traduz num estímulo da economia, na defesa dos territórios e na melhoria das condições de vida (Pereira, 2009; Reis, 2010).

A coesão territorial acrescenta uma nova abordagem ao desenvolvimento que não podemos descurar. A mesma assume que o território é um agente ativo e compreende o território como um todo, o que permite afastar as análises meramente económicas que são insuficientes para o desenvolvimento (Ferrão, 2003; Pereira, 2009; Reis, 2010). Contudo, a UE continua a privilegiar a dimensão económica como alicerce para a construção europeia, como se não houvesse outras dimensões (Covas, 2017) e o resultado é (será) crítico, pois esta conduta tem gerado conflitos com o aumento das tensões sociais, marginalização económica, egoísmos territoriais, fragilidades do sistema democrático, entre outros.

A aplicação da coesão territorial traduziu-se em dois níveis nos modelos de desenvolvimento territorial dos Estados-Membros: documentos estratégicos (nível conceptual) e projetos/programas (nível operacional). O conceito de coesão territorial estendeu-se à escala nacional, regional e local, onde foram introduzidos os princípios de desenvolvimento policêntrico, de cooperação entre áreas rurais e urbanas, de cooperação transfronteiriça, de aposta na investigação e inovação, promoção de matérias nas áreas da educação, do transporte, da segurança e da sustentabilidade (CE, 2007b; Szlachta, 2011), ou seja, é evidente que os princípios de coesão territorial estão

a influenciar os modelos de desenvolvimento adotados pelos países da UE a nível conceptual, veja-se os exemplos recolhidos pelo VASAB (organização intergovernamental com participação de 11 países do Báltico).

A diversidade territorial da UE cria problemas heterogéneos para os quais é preciso encontrar uma solução, surgindo a necessidade de políticas focalizadas, pois é através da apreensão de contextos diferenciados, da adoção de uma visão multi-escalar e do ajustamento das políticas às suas necessidades que se podem potenciar soluções mais adequadas para cada território, tendo sempre uma perceção dos diferentes espaços urbanos e rurais europeus, ou ainda das diferenças dentro dos territórios com características especiais como os ultraperiféricos, montanhosos, fronteiriços, insulares e de baixa densidade populacional (CEMAT, 2011; Monfort, 2009; Pereira, 2009).

A Política de Coesão é a principal política financeira da UE (COM(2010) 2020 final) que contribuiu para o desenvolvimento territorial europeu, na medida em que promoveu a redução de assimetrias territoriais dentro da UE em várias matérias como a redução das disparidades dos rendimentos *per capita*, aumento da qualidade de vida dos cidadãos europeus, redução da exclusão social, promoção de investimentos em infraestruturas e equipamentos, disseminação da inovação e da tecnologia e promoção da sustentabilidade ambiental (COM(2017) 583 final).

A coesão territorial e o seu instrumento de ação, a Política de Coesão, não devem ser encarados como uma forma de transferir sistematicamente subsídios de países ricos para países menos desenvolvidos (CE, 2007; COM(2017) 583 final), mas sim como investimentos que permitam criar intervenções com efeitos multiplicadores para os territórios europeus a diversas escalas, para assegurar o desenvolvimento equilibrado e sustentável dos mesmos.

A aplicação dos princípios de coesão territorial só será possível se os Estados-Membros tiverem consciência que os planos devem ser sempre encarados como guiões orientadores, com capacidade para antecipar oportunidades e ameaças e adaptar-se a situações não esperadas (Pereira, 2009). É necessário também terem consciência da complexidade nas matérias dos territórios e uma cultura de planeamento que consiga comprometer todos os atores (económicos; políticos; sociais; ambientais; entre outros)

a colaborar ativamente neste processo. Caso contrário, os planos não passarão de propostas teóricas, com o exemplo claro, do Programa Nacional de Ordenamento do Território (2008) em Portugal, que apresentava um carácter estratégico e uma série de orientações que com a crise económica acabou por ser posto de lado (Pereira e Carranca, 2011).

A nível regional, a operacionalização da coesão territorial também apresenta desafios, ou seja, países onde o poder regional detém várias competências na esfera do Ordenamento do Território, como Espanha e Alemanha, têm tendência para ser mais relutantes face às estratégias transnacionais, tendo em conta a forte tradição de regionalização presentes nestes territórios (Ferrão, 2003). Por outro lado, em países da UE onde não existe tradição de trabalhar em rede para encontrar soluções para os problemas do desenvolvimento territorial (incompatibilidades políticas, falta de consciência da complexidade destas matérias, má operacionalização de planos), acabam por não se produzir os efeitos esperados dos planos ou projetos. Veja-se o caso dos Planos Regionais do Ordenamento do Território (PROT) elaborados pelas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional em Portugal em que o grau da sua operacionalização é aquém do esperado (Pereira e Carranca, 2011).

A nível local o Estado Central tornou-se grande de mais para resolver pequenos problemas e pequeno de mais para resolver grandes problemas (Guidens, 2000), por isso, a coesão territorial deve ser operacionalizada também à escala local (Pereira e Carranca, 2011), pois permite o apoio a projetos que mesmo sem importância em termos macros, conduzem à sustentabilidade destes territórios e conduzem à participação dos atores territoriais no processo de planeamento.

A escala local não pode cair no erro de operacionalizar a coesão territorial numa lógica compensatória, oriunda de uma postura reativa (falta planeamento e direção de resultados a curto prazo de acordo com a duração dos círculos eleitorais), devendo antes assumir uma atitude pró-ativa que aproveite e valorize o potencial do território (Covas, 2009; Pereira e Carranca, 2011). Veja-se o exemplo da cidade Kudilga, que desde 2007 elaborou intervenções à base dos princípios da coesão territorial em Ventas Ieleja, como a adoção de um modelo de turismo sustentável, a demarcação de áreas

protegidas, o controlo à caça ilegal e em contrapartida assistiu a um aumento do número de turistas e criou as condições necessárias para a preservação do território na esfera económica, social e ambiental (Nikodemusa, 2011).

Por último, apesar da recuperação económica da UE as disparidades territoriais persistem (COM(2017) 2025 final), tornando-se evidente a necessidade de considerar a coesão territorial como um pilar do desenvolvimento europeu, pois a mesma promove a articulação institucional, exige um novo modelo de governança, valoriza o interesse coletivo face aos benefícios individuais, conduzindo ao exercício da democracia e à cidadania.

4. CONTRIBUTOS DA COESÃO TERRITORIAL

Um dos grandes desafios da coesão territorial prende-se com o facto de a UE apenas apresentar competências para desenvolver políticas no âmbito dos modelos de desenvolvimento e não no domínio do ordenamento do território, uma vez que se trata de uma esfera afeta à soberania de cada Estado-Membro (Ferrão, 2003; Pereira, 2009). Contudo, a adoção do conceito nos modelos de desenvolvimento territorial é relevante para o ordenamento do território, pois este é o veículo de espacialização dos respetivos modelos. Este processo ocorre através dos instrumentos de gestão territorial multi-escalares presentes em cada estado que dão origem a intervenções no território (Pereira, 2009).

A Política de Coesão da UE não conseguiu dar resposta ao desafio da visão multi-escalar, já que esta tem sido marcada pela intervenção baseada sobretudo na escala regional (NUTS II), levando a que algumas intervenções da Política da Coesão fiquem aquém do desejado, pois os desafios e problemas contemporâneos exigem uma intervenção a várias escalas (Faludi, 2009; Monfort, 2009).

A coesão territorial transporta consigo constrangimentos a nível político, por questionar a malha administrativa e as fronteiras que conhecemos na Europa, isto porque se o território tem um papel ativo, as intervenções multi-escalares fazem todo o sentido (Pereira, 2009), enfraquecendo os tradicionais estados-nação e as identidades

nacionais de cada Estado-Membro.

As intervenções nos territórios, principalmente os projetos de desenvolvimento territorial, foram impulsionadas pela Política de Coesão, que permitiu que cada país tivesse acesso a fundos específicos para atingir os princípios e metas de coesão territorial (CE, 2007; Szlachta, 2011). Contudo, cada país apresenta a sua cultura de planeamento e ordenamento do território (Ferrão, 2003) e apesar das Políticas de Coesão serem importantes para a operacionalização da coesão territorial (CE, 2007; Medeiros, 2013), há que considerar que as mesmas operam através dos instrumentos financeiros, pelo que se não houver uma boa cultura de planeamento e ordenamento do território as mesmas poderão não dar resposta aos problemas territoriais. Por outras palavras, se os Estados-Membros adotarem uma postura incorreta ou/e revelarem pouco interesse pelas questões territoriais, a complexidade destas matérias comprometem a continuidade de uma cultura de planeamento e, conseqüentemente, os resultados esperados para o desenvolvimento territorial.

Desde a publicação do EDEC (1999), vários autores apontaram-lhe lacunas; a título de exemplo, o facto de não haver um responsável legítimo pela publicação (a CE não apresenta competências formais na esfera do ordenamento do território e não poderá ter qualquer direito e responsabilidade sobre o mesmo) ou ainda o facto de o EDEC (1999) apresentar pouca participação na sua realização, pois o processo acabou por ser pouco democrático do ponto de vista da participação pública e da democracia representativa (Albrechts, 2001; Willians, 2000). Estas críticas têm mais de uma década, tendo sido efetuadas antes da formalização do conceito de coesão territorial e continuam válidas no presente, pois as mais recentes publicações sobre coesão territorial da UE não conseguiram resolver estes aspetos, o que no nosso ângulo conduz a uma identidade europeia débil onde os objetivos e o funcionamento da mesma pouco dizem aos cidadãos.

Os documentos e os projetos de desenvolvimento territorial estratégicos elaborados com base no conceito de coesão territorial criam expectativas em todos os atores do território e é necessário que os Estados-Membros estejam conscientes e se comprometam seriamente neste processo. Porém, há questões que são legítimas de ser

colocadas: “Porquê estas orientações e não outras?”, “Se os resultados esperados não forem atingidos quem serão os responsáveis?” e, por último, “Será que a UE estará com falta de visão estratégica e preocupada com os resultados a curto prazo, tendo em conta que apenas delineou uma estratégia até 2025?”.

É pertinente ainda questionarmo-nos sobre “se fará sentido o(s) ponto(s) crítico(s) de sucesso para operacionalizar a coesão territorial serem semelhantes em todas as regiões europeias?” e “De que forma o grau de desenvolvimento de uma região europeia influencia a visão dos atores do território sobre o conceito de coesão territorial? ”

Os desafios/dúvidas sobre a coesão territorial podem conduzir a um certo ceticismo sobre o conceito; contudo, importa não direcionar o debate por essa via, mas sim perceber a amplitude do mesmo e se cada intervenção à luz dos princípios de coesão territorial irá potenciar uma melhor performance no desenvolvimento dos territórios europeus.

5. PORQUÊ MEDIR A COESÃO TERRITORIAL?

Atualmente não existe nenhum Índice de Coesão Territorial oficial na UE que apure os custos e benefícios da operacionalização da mesma no território europeu e esta tendência estende-se aos Estados-Membros que não apresentam grandes esforços em desenvolver um índice. A monitorização da coesão territorial tem sido efetuada ao nível europeu através dos relatórios sobre a Política de Coesão publicados pela CE e ao nível dos Estados-Membros através de recurso de índices que medem as disparidades regionais, como é o caso português através dos dados do Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR). Importa esclarecer que medir coesão territorial não é o mesmo que medir disparidades regionais; porém, na ausência de um índice de coesão territorial, os outros índices servem para retirar considerações, porque apresentam em alguns pontos convergência com o conceito de coesão territorial.

A medição da coesão territorial é importante, pois diminui o seu grau de ambiguidade ao torná-lo um conceito operacional, permitindo lidar com o conceito de

uma forma analítica uma melhor monitorização das medidas que foram implementadas através dos impactes positivos criados (Faludi, 2009; Farrugia e Gallina, 2008; Dao *et al*, 2012).

A falta de medição do conceito faz com que as considerações teóricas nesta matéria ainda apresentem limitações e questões sem respostas, que poderiam ser superadas com os avanços metodológicos relacionados com o problema da medição (Faludi, 2009; Grasland e Hamez, 2005; Medeiros, 2013), como por exemplo, a incerteza quanto às correlações positivas ou negativas da coesão territorial com outros índices, ou seja, qual a relação entre a coesão territorial e o desenvolvimento humano, que à partida, é uma correlação positiva, mas não existem estudos que a suportem (Farrugia e Gallina, 2008).

A inexistência de um Índice de Coesão Territorial não significa falta de consenso sobre aspetos a ter em conta para a elaboração de uma metodologia para a sua medição. Na elaboração do mesmo tem de se delinear, em primeiro lugar, o objetivo do grau de coesão que se quer medir, isto é, se se pretende analisar os resultados de um projeto num determinado território, os graus de coesão dos países da UE, entre outros. O objetivo bem delineado permite ao investigador escolher a escala mais apropriada, a recolha de dados e a identificação e comparação de disparidades regionais (Dao *et al*, 2012; Grasland e Hamez, 2005; Medeiros, 2013).

Posteriormente, há que ter sempre em conta o objetivo principal que se delineou para o índice, para evitar conclusões simplistas e precipitadas sobre os territórios. Farrugia e Gallina (2008) na sua proposta de medição da coesão territorial referem que a mesma apresenta uma correlação negativa com a dimensão do país, isto é, países de pequenas dimensões apresentam melhores níveis de coesão territorial do que países maiores; contudo, esta observação é discutível, pois não há uma escala única de intervenção para a coesão territorial e se analisarmos à escala NUT II poderemos ter regiões insulares de pequenas dimensões com problemas de coesão territorial, como por exemplo os Açores em Portugal.

A medição de coesão territorial pressupõe a existência de indicadores adequados, quer a nível europeu quer a nível nacional/regional, sendo necessária uma

boa articulação entre o *Eurostat* (responsável pelo tratamento de informação estatística a nível Europeu) e os institutos nacionais de estatística de cada Estado-Membro, para se obterem as variáveis apropriadas para uma correta avaliação (Dao *et al*, 2012; Grasland e Hamez, 2005).

Existe consenso quanto à utilização do Produto Interno Bruto (PIB) em qualquer índice que vise medir a coesão territorial; contudo, a informação transmitida pelo PIB deve ser interpretada com cuidado para não produzir análises falaciosas (Comité das Regiões, 2010). A medição da coesão territorial deve resistir a uma abordagem económica pura e a comparações, isto porque a análise de coesão territorial deve assentar na cooperação entre regiões, não se focando apenas nas visões de melhor/pior performance económica.

A medição da coesão territorial deve ser feita através de um índice operacional no tempo e no espaço composto por múltiplos indicadores que possam abranger as suas dimensões e relacioná-los entre si, sendo necessário estabelecer relações entre os vários indicadores da coesão territorial e identificar os benefícios e os custos de cada ação para um determinado território (Dao *et al*, 2012; Grasland e Hamez, 2005). Mesmo assim a escolha dos indicadores não é de carácter estático e poderá revelar falhas que, com o tempo, deverão ser colmatadas e ajustadas (Farrugia e Gallina, 2008).

Por outro lado, análise quantitativa de coesão territorial é importante, mas não se devem relegar as análises qualitativas, porque apesar de serem complexas e às vezes subjetivas, permitem obter a perceção dos vários atores do território face às intervenções realizadas (Comité das Regiões, 2010; Pereira, 2009).

A medição de coesão territorial traz vantagens que não se podem desconsiderar (Camagni, 2006; Comité das Regiões, 2010; Dao *et al*, 2012; Faludi, 2009; Medeiros, 2013; Pereira, 2009), tais como:

- Apurar as melhorias económicas, sociais e ambientais dos territórios;
- Apurar os custos económicos, sociais e ambientais da coesão territorial;
- Promover a cooperação entre o *Eurostat* e os Organismos Nacionais de Estatística;
- Monitorizar as Políticas de Coesão;

- Ajudar na tomada de decisão;
- Permitir uma melhor compreensão dos territórios em diferentes componentes e domínios e avançar no domínio teórico da coesão territorial.

Para concluir, a necessidade de originar desenvolvimento territorial que resulte em coesão territorial, exige uma permanente tomada de decisões para atingir objetivos ou prosperar, por isso, a gestão do território deve resistir à tomada de decisões com base em pressupostos ou mediatismos que conduzem a uma gestão incompetente e optar por uma gestão científica e fundamentada em análises qualitativas e quantitativas.

6. DESAFIOS INERENTES À MEDIÇÃO DA COESÃO TERRITORIAL

O conceito de coesão territorial levanta inúmeros desafios e limitações à construção de um índice, para os quais não há (ainda) solução. A medição da coesão territorial exige sempre a escolha de procedimentos metodológicos, desde o objetivo da medição, a escala a utilizar, que critério de ponderação e procedimentos de normalização adotar, que indicadores incluir/excluir, entre outros. A escolha da metodologia é sempre delineada pelos investigadores, que quando mal conduzida pode criar índices subjetivos ou focados num determinado domínio que não contemplem toda a complexidade da coesão territorial (Farrugia e Gallina, 2008).

Para medir a coesão territorial é preciso escolher uma escala adequada à recolha de dados estatísticos (Grasland e Hamez, 2005); porém, dada a natureza multi-escalar do conceito não existe uma escala única para intervir, tornando-se insuficiente a seleção de uma escala para a medição da coesão territorial, pois as causas e as resoluções dos problemas podem requerer intervenções a outra escala (Pereira, 2009).

Persiste a dúvida sobre que indicadores utilizar para cada um dos eixos/componentes/princípios da coesão territorial (Comité das Regiões, 2010; Dao *et al*, 2012). Essa dúvida torna-se mais complexa, pois num cenário em que haja consenso face aos indicadores a utilizar para medir a coesão territorial, será que todos devem

contribuir de igual modo?; ou deveríamos hierarquizá-los atribuindo-lhe ponderações diferentes?; e caso a resposta seja afirmativa, que critérios utilizar nessa ponderação (Farrugia e Gallina, 2008).

Outra limitação encontrada prende-se com o processo de recolha de dados, onde muitas vezes esta deixa de ser operacional no tempo e no espaço, inviabilizando a aplicação a amplos espaços, em diferentes momentos no tempo e a séries temporais (Dao *et al*, 2012).

A medição da coesão territorial elaborada através de um índice pode ocultar divergências entre os diferentes indicadores, sendo que as performances obtidas dos níveis de coesão territorial numa região não devem ser confundidas com os valores reais alcançados em cada indicador (Farrugia e Gallina, 2008). Na nossa perspetiva pode também existir a possibilidade de os territórios apresentarem valores normalizados iguais no índice e certamente que isso não significa que apresentam o mesmo grau de coesão ou ainda os valores normalizados poderem apresentar uma performance alta num determinado indicador, mas em termos absolutos estarem longe de atingir metas ou objetivos traçados.

Tendo em conta a complexidade do conceito, Camagni (2006) coloca em causa a possibilidade de que certos princípios inerentes à coesão territorial (qualidade, eficácia e identidade territorial) possam vir a ser traduzidos em indicadores quantitativos. Por sua vez, o “Livro Verde” (COM(2008) 616 final) considera a diversidade territorial como uma vantagem, mas permanece a dúvida sobre qual a metodologia (valor quantitativo e/ou variáveis a integrar na avaliação da diversidade) que permite ao investigador apurar se a diversidade de um determinado território está a ser um entrave ou um incentivo à coesão.

Ainda na mesma linha de pensamento, constatamos que os sistemas internacionais/nacionais ainda não apresentam indicadores suficientes/adequados para monitorizar eixos da coesão territorial; veja-se o exemplo no eixo da cooperação, onde seria desejado avaliar o efeito multiplicador dos projetos, a taxa de participação pública, a perceção das populações e a avaliação das mais-valias alcançadas para os territórios nos projetos de cooperação territorial, apesar de termos consciência da

dificuldade em apurar estes indicadores em valores quantitativos. Por outro lado, no eixo da conexão, que numa primeira abordagem poderia ser mais fácil de mensurar, os indicadores ainda estão presos à lógica do setor e para o conceito de coesão territorial é interessante apurar outros aspetos como os tempos de deslocação (cidades; serviços; trabalho) ou a taxa de cobertura em transportes públicos.

Outro desafio referente à medição da coesão territorial é o facto de os problemas inerentes aos territórios e às sociedades contemporâneas sofrerem alterações/mudanças rápidas, fazendo com que as políticas e medidas concretas muitas vezes não consigam acompanhar esse ritmo, condicionando assim a construção de um índice que esteja permanentemente atualizado (Dao *et al*, 2012) ou pondo mesmo em dúvida a sua utilidade, ou seja, quais as vantagens e desvantagens da aplicação de um Índice de Coesão Territorial.

Consideramos que os desafios de medição da coesão territorial não devem servir de desculpa para desconsiderar a mesma. O caminho poderá passar pelo aproveitamento dos estudos de medição da coesão territorial desenvolvidos em consórcios ou no âmbito académico (muitas das vezes financiados por fundos europeus), por parte do *Eurostat* e dos organismos de estatística de cada Estado-Membro. Seria também interessante que as candidaturas inerentes à Política de Coesão indicassem no formulário de candidatura possíveis indicadores para medir os resultados esperados (semelhante à metodologia do programa PARTIS da Fundação *Calouste Gulbenkian*), onde no final de cada projeto realizar-se-ia uma triagem de indicadores que fossem realmente eficazes e que no futuro poderiam vir a ser integrados num dos eixos/componentes/princípios da coesão territorial de difícil mensuração quantitativa.

7. CONCLUSÃO

O conceito de coesão territorial conta com décadas de reflexão, tornando-se claro que a coesão territorial é necessária no espaço europeu. No entanto, as prioridades da UE têm sido outras. Apesar do atual contexto político, social e

económico da UE apresentar desafios complexos para resolver (COM(2017) 2020 final; Covas, 2017), faz sentido refletir/discutir o conceito de coesão territorial, que assume o território como um agente ativo e promove soluções inteligentes/inovadoras para os problemas que permitem a criação de economias de valor acrescentado, o desenvolvimento policêntrico, a articulação de políticas, a cooperação entre os territórios, entre outros, sendo uma abordagem que potencia o desenvolvimento territorial europeu (Covas, 2009, Pereira, 2009, Reis, 2010).

O conceito de coesão territorial segundo o Livro Verde (COM(2008) 616 final) apresenta uma visão multi-escalar assente em eixos (Concentração; Conexão; Cooperação), componentes (económica; social; territorial) e princípios (capital territorial; diversidade; modelo territorial policêntrico; solidariedade; articulação de políticas), articulado com o conceito de desenvolvimento.

O conceito é pouco preciso, mas a sua amplitude traz potenciais vantagens para o desenvolvimento territorial europeu, como a criação de uma visão integrada na esfera económica, social e ambiental, o reforço da importância das matérias do ordenamento do território e a promoção do trabalho de temáticas no território europeu de forma coletiva (sustentabilidade, educação, tecnologia, entre outras). Sem este impulso, poderia ser difícil todos os Estados-Membros demonstrarem interesse e metas comuns nestes temas.

O conceito de coesão territorial tem-se expressado a várias escalas nos modelos de desenvolvimento territorial em cada Estado-Membro, a nível conceptual (na adoção dos princípios do conceitos em documentos estratégicos) e a nível operacional (na elaboração de projetos de desenvolvimento territorial) (Szlachta, 2011) que depois são espacializados através do processo do ordenamento do território (Pereira e Carranca, 2011). Por sua vez, cada Estado-Membro detém a soberania sobre a esfera do ordenamento do território sendo que a adoção e operacionalização da coesão territorial é sempre voluntária por parte dos mesmos (Ferrão, 2003), por isso a cultura de planeamento existente (a forma como cada estado encara a complexidade das matérias do ordenamento do território) torna-se um fator importante para alcançar os objetivos traçados nos modelos de desenvolvimento.

A medição da coesão territorial é necessária para que possamos compreender melhor a complexidade do conceito (Camagni, 2006; Dao *et al*, 2012; Faludi, 2009; Farrugia e Gallina, 2008; Medeiros, 2013; Pereira, 2009) e tomar decisões racionais na gestão dos territórios devidamente fundamentadas com recurso a análises qualitativas e quantitativas. A medição da coesão territorial ainda transporta consigo inúmeros desafios, como a falta de uma metodologia ajustada, a questão dos indicadores, a escolha da escala, a integração de pressupostos teóricos de difícil monitorização e a mudança veloz das sociedades contemporâneas.

As visões dos atores de uma sociedade (políticos; económicos; sociais, entre outros) centram-se no curto prazo e condicionam a execução da coesão territorial, pois existem intervenções no território europeu que só poderão produzir resultados no desenvolvimento territorial a médio ou longo prazo e a falta de democratização em torno do conceito compromete a capacidade de envolver e responsabilizar os diferentes atores neste processo.

A UE apresenta grandes desafios nos próximos decénios e não apresenta uma política ou uma visão integrada para o desenvolvimento territorial europeu que abranja duas gerações com o devido compromisso dos Estados-Membros, isto porque, estratégias até 2025 são direcionadas para o curto prazo. O adormecimento da temática da coesão territorial no seio da UE promove uma atitude passiva dos Estados-Membros face ao desenvolvimento territorial integrado na Europa e conduz à proliferação de soluções/intervenções compensatórias ou até de cariz caritativa. Porém, não foi com estes princípios que a coesão territorial surgiu na UE, sendo necessário retomar o debate sobre qual o papel da coesão territorial e qual o caminho que a coesão territorial deve seguir na UE.

Não temos respostas ou soluções para muitas das questões suscitadas pelo artigo que conduzimos; porém, a riqueza do conceito de coesão territorial com os seus múltiplos desafios e as suas oportunidades assume grande relevância, sobretudo quando o contexto fragilizado da UE torna evidente, a várias escalas, as diferentes “velocidades” do território europeu.

BIBLIOGRAFIA

- Albrechts, L., 2001. In pursuit of new approaches to strategic spatial planning. A European perspective. *International Planning Studies*, 6 (3), pp. 293-310.
- Barca, F., 2009. *An Agenda for a reformed cohesion policy: A place-based approach to meeting European Union challenges and expectations*. Comissão Europeia.
- Camagni, R., 2006. The rationale territorial cohesion: issues and possible policy strategies. In: Luiza Pedrazzini, 2006. *The process of territorial cohesion in Europe*. Francoangelie/DIAT, Itália.
- _____, 2009. Territorial capital and regional development. In: Roberto Capello e Peter Nijkamp, ed., 2009. *Handbook of Regional Growth and Development Theories*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, pp. 118-132.
- CEMAT (European Conference of Ministers responsible for Spatial/Regional Planning), 2007. *Agenda Territorial da União Europeia*. Traduzido pela Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2008.
- _____, 2011. *Territorial Agenda of the European Union 2020 – Towards an Inclusive, Smart and Sustainable Europe of Diverse Regions*. Gödöllő, Hungria, 19 de maio de 2011.
- Comissão Europeia, 1999. SDEC. *Schéma de développement de l'espace communautaire. Versun développement spatial équilibré et durable du territoire de l'Union Européenne*. Serviço de Publicações da União Europeia, Luxemburgo.
- _____, 2001. *Segundo Relatório sobre a Coesão Económica e Social – Conclusões e Recomendações*. Luxemburgo.
- _____, 2007. *Política de Coesão 2007-2013. Comentários e textos oficiais*. [pdf]. Disponível em: http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/official/regulation/pdf/2007/publications/guide2007_pt.pdf [Consultado em 15 de setembro de 2017].
- Comité das Regiões, 2010. *Inquérito rápido: O PIB e mais além - Síntese das contribuições*. Plataforma de Acompanhamento da Estratégia Europa 2020 do Comité das Regiões.

COMUNICAÇÃO COM(2008) 616 final DA COMISSÃO AO CONSELHO, AO PARLAMENTO EUROPEU, AO COMITÉ DAS REGIÕES E AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU, de 6 de outubro de 2008 – Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia: Tirar Partido da Diversidade Territorial.

COMUNICAÇÃO COM(2010) 2020 final DA COMISSÃO, de 3 de março de 2010 - EUROPA 2020: Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

COMUNICAÇÃO COM(2017) 2025 final DA COMISSÃO, de 1 de março de 2017 – LIVRO BRANCO SOBRE O FUTURO DA EUROPA: Reflexões e cenários para a UE27 em 2025.

Covas, A. (2009). *Integração Europeia, Relações Ibéricas e Política de Regionalização Coesão, diversidade e cooperação territorial na União Europeia*. Edições Colibri.

_____, 2017. União Europeia: Uma Breve História do Futuro Para Um Governo dos Bens Comuns Europeu. *Análise Europeia* 2 (3), Associação Portuguesa de Estudos Europeus, pp. 56-78.

Dao, H., et al., 2012. *INTERCO: Indicators of territorial cohesion*. ESPON & University of Geneva.

Faludi, A., 2006. From European Spatial Development to territorial cohesion. *Regional Studies*, (40), pp. 667-678.

_____, 2009. Territorial Cohesion under the Looking Glass: Synthesis paper about the history of the concept and policy background to territorial cohesion. [pdf]. Comissão Europeia - Inforegio. Disponível em: <https://repository.tudelft.nl/islandora/object/uuid:112891b3-3dd6-4252-b0a5-452e5665f0d9/datastream/OBJ/download> [Consultado em 15 de setembro de 2017].

Farrugia, N. e Gallina, A., 2008. *Developing Indicators Of Territorial Cohesion*. Federico Caffè Centre – Department of Society and Globalization, Roskilde.

Ferrão, J., 2003. A Emergência de Estratégias Transnacionais de Ordenamento do Território na União Europeia: Reimaginar o Espaço Europeu para Criar Novas Formas de Governança Territorial? *Geolnova - Revista do Departamento de Geografia e Planeamento Regional*, (7), pp. 11-37.

- _____, 2014. *O ordenamento do território como política pública*. 2.^a edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Giddens, A., 2000. *O Mundo na Era da Globalização*. Lisboa: Editorial Presença.
- Grasland, C. e Hamez, G., 2005. "Vers la construction d'un indicateur de cohésion territoriale européen?" *L'Espace géographique*, 2 (34), pp. 97-116.
- Medeiros, E., 2013. Impactos Territoriais da Política de Coesão em Portugal (1980-2010). *IX Congresso da Geografia Portuguesa – Geografia: Espaço, Natureza, Sociedade e Ciência*, pp. 491-496.
- Monfort, F., 2009. *Territories with specific geographical features*. [pdf]. Working Papers n.º 2/2009 - Directorate-General for Regional Policy. Disponível em: http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/work/2009_02_geographi cal.pdf [Consultado em 15 de setembro de 2017].
- Nikodemusa, A., 2011. Nature heritage improves Kuldiga's citizens' prosperity. In: Jacek Zaucha, 2011. *Perspectives: Territorial Cohesion – Baltic Sea Region examples*. [pdf]. Berlim: s.Pro - Sustainable Projects, p. 71. Disponível em: <http://eu.baltic.net/redaktion/download.php?type=file&id=2239> [Consultado em 15 de setembro de 2017].
- Pereira, M., 2009. Desafios contemporâneos do ordenamento do território: para uma governabilidade inteligente do(s) território(s). *Prospectiva e Planeamento*, 16, pp. 77-102.
- Pereira, M. e Carranca, M. A., 2011. Coesão territorial e governança: Abordagem multi-escalar. In: Norberto Santos e Lúcio Cunha, ed., 2011. *Trunfos de uma Geografia Activa: desenvolvimento local, ambiente, ordenamento e tecnologia*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 421-428.
- Reis, J., 2010. Territórios e coesão territorial: há soluções inclusivas para a crise. *Le Monde Diplomatique – edição portuguesa*, 2 (45).
- RELATÓRIO COM(2017) 583 final DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES, de 9 de outubro de 2017 – *A Minha Região, A Minha Europa, O Nosso Futuro: Sétimo relatório sobre a coesão económica, social e territorial*.

Sean, A., 2000. *Development as Freedom*. Oxford University Press.

Seers, D., 1979. Os Indicadores de Desenvolvimento: o que estamos a tentar medir? *Análise Social*, 15(60), pp. 949-968.

Szlachta, J., 2011. Future and perspectives on territorial cohesion in the European Union". In: Jacek Zaucha, 2011. *Perspectives: Territorial Cohesion – Baltic Sea Region examples*. [pdf]. Berlim: s.Pro - Sustainable Projects, pp. 11-13. Disponível em: <http://eu.baltic.net/redaktion/download.php?type=file&id=2239> [Consultado em 15 de setembro de 2017].

Williams, R. H., 2000. Constructing the European spatial development perspective – for whom? *European Planning Studies*, 8(3), pp. 267-284.

World Commission on Environment and Development, 1987. *Our Common Future*. Oxford e Nova Iorque: Oxford University Press.